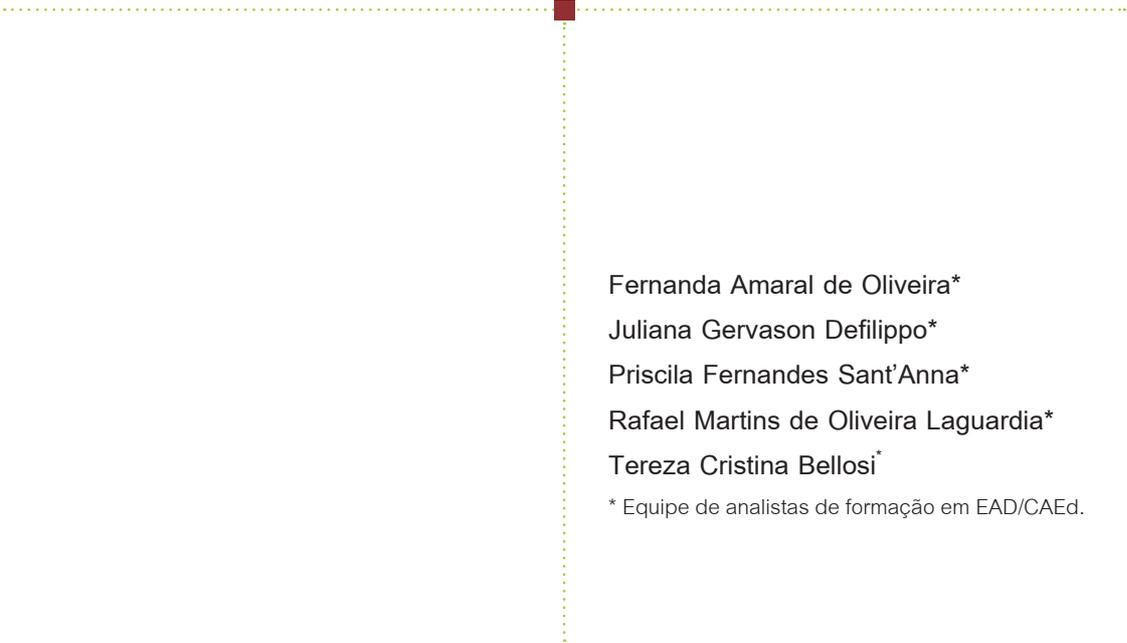


A avaliação educacional em Moçambique



Fernanda Amaral de Oliveira*

Juliana Gervason Defilippo*

Priscila Fernandes Sant'Anna*

Rafael Martins de Oliveira Laguardia*

Tereza Cristina Bellosi*

* Equipe de analistas de formação em EAD/CAEd.

As avaliações da educação são, hoje, um fenômeno mundial. Os países membros da ONU – Organização das Nações Unidas –, que participaram do encontro promovido por esta instituição, em 1990, na Tailândia, com patrocínio do Banco Mundial, assinaram um compromisso para a promoção de uma educação de qualidade em escala mundial. O Fórum Mundial da Educação que ocorreu em Dacar, no Senegal, em 2000, reafirmou o empenho na *Educação Para Todos* e determinou que, até 2015, todas as crianças deveriam ter acesso à educação básica, gratuita e de boa qualidade. O principal foco dos investimentos foram os países periféricos, que ainda têm uma defasagem em relação aos mais industrializados. O Brasil tem feito esforços para o cumprimento das metas no que se refere à realização de qualidade, o que também vem acontecendo com Moçambique – um país com problemas no desempenho dos alunos, como as demais nações periféricas, mas com uma história peculiar.

1. Professor na Universidade Eduardo Mondlane.
2. Trabalha com avaliação educacional no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação w- INDE.
3. Diretor do Conselho Nacional de Exames de Certificação e Equivalência.
4. Chefe do Departamento de Exames do Conselho Nacional de Exames de Certificação e Equivalência.
5. Trabalha na elaboração de materiais, na capacitação de professores e na supervisão do INDE.
6. É professor instrutor técnico pedagógico no INDE. Atualmente, é assessor do Ministro da Educação.
7. Trabalha como técnica educacional no INDE.
8. Trabalha na equipe de avaliação em Matemática no INDE.
9. Trabalha na equipe de coordenação das avaliações do INDE.
10. Disponível em:< http://www.catholicnet.net/vozesdaafrica/pagina.php?session_Ident=178>. Acesso em: 20 set. 2012.

11. Disponível em:< http://www.catholicnet.net/vozesdaafrica/pagina.php?session_Ident=178>. Acesso em: 20 set. 2012.

Este artigo é resultado das discussões ocorridas em 20 de julho de 2012, durante o Encontro Presencial do PPGP, na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Foram utilizadas as técnicas de grupo focal com os mestrandos de Moçambique, com o objetivo de aprendermos um pouco mais sobre as avaliações em larga escala daquele país. Participaram da discussão os mestrandos Aires Bonifácio Mombassa¹, Salazar Manuel Picardo², Jafete Alberto Mabote³, Cecília Jorge Baptista Mascarenhas Noronha⁴, José Vicente António Bisqué⁵, Sergio Lourenço Chambal⁶, Isabel Senda Macatane⁷, Dinis Hilário Guibundana⁸ e Flávio Elísio António Magaia⁹.

1. Breve histórico da educação e avaliação em Moçambique

Desde meados dos anos de 1980, Moçambique tem vivido profundas transformações sociopolíticas e econômicas em decorrência do “Programa de Reabilitação Econômica e Social - PRES”¹⁰, caracterizado pela adoção de leis de economia de mercado. Em 1990, é introduzido o sistema político multipartidário, levando o país a um Estado de Direito, através da promulgação de uma nova Constituição.

O fim da guerra civil, com a assinatura do “Acordo Geral da Paz”, em outubro de 1992, permitiu que as populações retornassem às suas regiões de origem. Desde então, a economia tem avançado, permitindo mais investimentos nas áreas sociais, como educação e saúde¹¹.

A educação acompanhou essas transformações. Em 1983, foi introduzido, gradualmente, um novo sistema de educação, com uma nova estrutura, um novo currículo e novos livros escolares. Ele sofreu alterações em 1992, passando a ter a seguinte organização: Ensino Geral, Educação de Adultos, Formação de Professores e Ensino Técnico-Profissional, ficando com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a responsabilidade por todos os níveis de ensino.

Em 2004, foi introduzido um novo currículo para o ensino básico, que reformou algumas dimensões, introduzindo os sete anos de escolarização primária completa e integrada, o ensino bilingue e a passagem semiautomática¹².

Foram elaborados vários planos de educação: o primeiro Plano Estratégico do Setor de Educação (PEE I) cobriu o período 1999-2005, o segundo Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC), o período de 2006-2011 e, atualmente, o terceiro Plano Estratégico da Educação, para o período de 2012 a 2016. O primeiro plano incidiu sobre três áreas consideradas estratégicas: acesso, qualidade e aumento de capacidade de receber mais alunos. O segundo, mais abrangente, abordou a garantia do ensino primário para todos, a educação para jovens e adultos, a melhoria da qualidade e a relevância para garantir a continuidade dos estudos nos níveis pós-primário. O terceiro plano (2012-2016), assinado em junho de 2012, tem como principais estratégias, além da continuidade das metas anteriores, estabelecer investimentos na melhoria da qualidade e relevância do ensino pós-primário, para reforçar o seu papel no desenvolvimento econômico, social e político.

Nessa perspectiva, o enfoque será dado à melhoria dos processos e condições de ensino-aprendizagem, bem como ao aumento da capacidade da sua gestão, através da consolidação das reformas já iniciadas. Atenção particular será dada à relevância e à diversificação dos programas e currículo oferecidos, em termos da sua capacidade de oferecer resposta às necessidades da economia e, particularmente, das indústrias emergentes¹³.

Acompanhando as transformações na educação, as avaliações passaram a fazer parte da realidade daquele país. A avaliação institucional do desempenho dos alunos em Moçambique é ainda um fato recente, iniciada em 2008, segundo Flávio Magaia. Entretanto, outras formas de avaliação iniciaram-se nos fins da década de 1980, como resultado de uma preocupação com a falta de informação sistematizada sobre os problemas educativos do país. Essas tiveram parcerias com organismos e governos de outros países. A primeira experiência foi a Avaliação do Livro Escolar, segundo Flávio Magaia, organizada pelo MEC, com o apoio da Agência Sueca para Desenvolvimento Internacional (ASDI). O objetivo dessa parceria foi avaliar os materiais de ensino nas diferentes disciplinas e efetuar estudos sobre a formação de conceitos entre alunos e professores, assim como realizar uma análise sociológica do ensino e do significado que este assume em diferentes contextos do país, fornecendo uma base de informação de dados empíricos que constituíram uma das referências para se pensar os programas de avaliação sobre o sistema de educação em Moçambique.

Em 1997, a avaliação do sistema escolar moçambicano ganhou uma nova dinâmica com o projeto *Assessment*¹⁴/ Avaliação Educacional, baseada no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação – INDE –, financiado pelo

12. Atualmente, o sistema mantém-se do mesmo modo. Apenas deixa de existir a partir deste ano (2012) a promoção semiautomática.

13. Disponível em: <http://www.cebem.org/cmsfiles/publicaciones/PEE2012.pdf>. Acesso em: 21 set. 2012.

14. Segundo Salazar Picardo, palavra inglesa para avaliação.

governo finlandês e com o apoio técnico da Universidade de Jyväskylä. Segundo Flávio Magaia,

para aquela versão dos primeiros testes, aplicação dos primeiros testes, análise dos testes, questionários também, os fatores associados tanto da escola – as primeiras experiências que tivemos da educação e os seus resultados serviram para o INDE, o Ministério, trabalhar na reforma do currículo do ensino básico. Nós trabalhamos na reforma que foi inclusive em 2004. Então, aqueles resultados, as primeiras experiências, serviram exatamente para isso, mostrar quais eram os principais problemas. Um dos quais era a questão das línguas, que o nosso aluno chegava à escola, grande parte dos alunos chegavam à escola sem falar português, não sabia falar português na escola, e, quando começavam aprender tinham que saber ler e escrever. Para isso e outros aspectos que essa avaliação permitia saber. E, com base nisso, o Ministério promoveu a reforma e introduziu, já nos currículos, a questão das línguas nacionais como aprendizagem (GRUPO FOCAL, 2012).

Em 1998, o país aderiu à iniciativa regional sobre monitoração da Qualidade da Educação Básica, o projeto SACMEQ um consórcio da região austral da África, conforme vamos discutir adiante.

2. O consórcio da África austral – O SACMEQ

O SACMEQ (The Southern and Eastern Africa Consortium for Monitoring Educational¹⁵) é constituído por 15 membros, sendo representados por seus Ministérios de Educação em Botsuana, Quênia, Lesoto, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia (continente), Tanzânia (Zanzibar), Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Segundo Flávio Magaia, a primeira experiência de Moçambique no SACMEQ foi no ano de 1998¹⁶.

O consórcio tem a intenção de monitorar a qualidade educacional dos países da África Austral, dando enfoque ao desempenho dos alunos e professores, bem como aos recursos materiais existentes na escola como, por exemplo, água encanada, eletricidade, computador, biblioteca, entre outros¹⁷. O referido instrumento de avaliação está focalizado em três eixos: o acesso à educação, a entidade de ensino – ou seja, a escola, seu funcionamento e recursos e a qualidade em termos do desempenho escolar.

O estudo já foi realizado em três momentos e a publicação dos resultados foi referente aos períodos de 1998-2001 (SACMEQ I), 2005 (SACMEQ II) e 2010-2011 (SACMEQ III)¹⁸. Segundo Flávio Magaia, a participação nas avaliações

permitiu sabermos um pouco sobre a nossa realidade em termos da qualidade da educação. A partir daí ajustar nossas políticas. (...) Permitiu saber que estávamos com sérios problemas na questão do acesso. Tínhamos muitas crianças com idade escolar que não estavam na escola. Tínhamos sérios problemas com a questão da repetência e também com a questão da exclusão. Estes foram os primeiros resultados que tivemos com o SACMEQ. Mas por outro lado, mostraram que tínhamos alunos com um ótimo desempenho. Ao nível dos países da região, estávamos bem posicionados. Estávamos numa situação muito confortável em termos de desempenho, mas isso também explicava uma coisa, que o sistema que possuíamos era muito seletivo. O aluno começava a reprovar já na primeira classe. Significava que quando chegava a 6ª classe era aquele aluno que o nível era excelente. Isto também foi um dos aspectos dos resultados que o SACMEQ nos per-

15. Em português, Consórcio de Monitoramento da Qualidade da Educação do Sul e Leste da África.

16. Entretanto, o consórcio foi criado em 1996.

17. Os relatórios das avaliações e mais informações sobre o SACMEQ estão disponibilizados na página do consórcio: <http://www.sacmeq.org>.

18. O SACMEQ já realizou três edições de avaliação da educação nos países conveniados, sendo que Moçambique esteve presente nos dois últimos.

mitiu saber; que tínhamos que trabalhar na questão dos recursos, dos recursos para as escolas, recursos para os professores trabalharem. Com base nisso, fomos definir algumas medidas, algumas políticas para melhorar o sistema (GRUPO FOCAL, 2012).

Ainda para o mestrando, o envolvimento dos participantes no processo de avaliação proposto pelo consórcio contribuiu para enxergar os problemas existentes nas escolas. Isabel Macatane complementa essa afirmação:

eu acho que também essas avaliações contribuíram bastante no melhoramento do próprio currículo do ensino básico porque antes o ensino básico baseava-se apenas no ensino enciclopédico. (...) Muitas crianças tiveram que aprender as experiências locais e também produziram disciplinas com exemplos de ofícios. As crianças tem que aprender alguma coisa na prática - que é para ser útil na sua vida -, uma vez que depois do ensino primário, às vezes, as crianças não conseguem continuar o ensino secundário então pelo menos terminaram o ensino primário sabendo fazer alguma coisa (GRUPO FOCAL, 2012).

A partir de agora, veremos como esse consórcio possibilitou mudanças na estrutura do sistema educacional moçambicano.

3. A avaliação em Moçambique

Segundo Flávio Magaia, em Moçambique ainda não tem instituído um sistema de avaliação externa em larga escala, bem como um estudo dos resultados das avaliações, gerando um índice (como o IDEB, por exemplo). Como avaliações institucionalizadas, as primeiras experiências são realizadas atualmente, com as parcerias com convênios como o CAEd e o Banco Mundial.

Contudo, como rascunho de uma avaliação externa nacional, eles se utilizam dos exames nacionais, modelo de avaliação do nível de aprendizagem dos estudantes moçambicanos que já é posto em prática há algum tempo. Em uma das falas do diretor do Conselho Nacional de Exames de Certificação e Equivalência, Jafete Mabote, é possível identificar as classes que são avaliadas nos exames nacionais:

Temos não só esta avaliação de desempenho dos alunos (faz referência à avaliação do SACMEQ). Temos os exames também. (...) nós sempre tivemos os exames, os exames nacionais. Tanto que são realizados no final de cada ano letivo (...). Às classes terminais é que aplicamos os exames. Nestas classes terminais, sim, aplicamos a todos os alunos. (...) Aplicamos exames a partir da quinta classe. Depois, aplicamos no final da 7ª classe que já é a terminal do ensino primário. Depois, temos exames na 10ª classe e na 12ª. Isto para o ensino secundário geral. Depois, temos exames no ensino técnico, aí é quase todos os anos, 1º, 2º e 3º, todo ano têm os exames, no fim de cada disciplina. (...) Cada vez que termina uma disciplina é aplicado um exame nacional (GRUPO FOCAL, 2012).

Além desse exame, denominado Exame Nacional, existem, segundo o mesmo informante, o exame de formação dos professores, o de alfabetização e o extraordinário. O exame de alfabetização é aplicado aos alunos da educação de adultos, como Jafete Mabote explica.

Para nós, alfabetização atua nos indivíduos com mais de 14 anos que não tenham sido escolarizados. Então, eles têm que frequentar o primeiro ano, o segundo ano e o terceiro ano que equiparamos à 5ª clas-

se. Eles têm uma formação rápida de três anos e então, para nós, isso que é alfabetização, para o caso de adultos. E este caso é que nós aplicamos exames no terceiro ano (GRUPO FOCAL, 2012).

Sérgio Chambal esclarece sobre os exames extraordinários, que

19. A 10ª classe refere-se ao início do 2º ciclo secundário; a 12ª classe, ao fim do 2º ciclo secundário.

são aplicados no ensino secundário, na 10ª e 12ª classes¹⁹. São aplicados para aqueles alunos que estão fora do sistema de educação. O sistema de educação desenvolveu muito no nível do ensino básico com acesso, com tudo isso, a educação tornou-se gratuita e universal. Então, desenvolveu muito o ensino do ciclo básico primário, enquanto o ensino secundário estava afunilando em termo de infraestrutura. Então, se criou esse exame para dar oportunidade àqueles que estavam fora do sistema de ensino que querem fazer um nível. Então, se instituiu esse tipo de exame para outras áreas (GRUPO FOCAL, 2012).

A partir da aplicação das avaliações do SACMEQ, como Flávio Magaia já explicou, foi possível verificar a situação educacional de Moçambique. Assim, algumas medidas foram tomadas com o intuito de melhorar o sistema de educação, a partir da reformulação do currículo e da elaboração, aplicação e correção dos exames nacionais. O mesmo mestrando destaca o problema de os exames serem idênticos aos testes aplicados ao longo do ano letivo.

“Não tínhamos diferença do que era a avaliação na sala de aula e dos tipos de testes, e o material que se utilizava para avaliação externa era o mesmo tipo. A partir do SACMEQ - do estudo do SACMEQ que nós participamos em 2000 -, foi a primeira vez que nós utilizamos no ensino primário com testes de escolha múltipla. O SACMEQ já concebia dessa maneira os instrumentos dela, escolha múltipla e questionários. (...) Nós tínhamos exame na 3ª e na 5ª (...) então naquela altura os materiais, os tipos de testes era mais ou menos aquele que se utilizava na sala de aula. Mas com experiências fomos tendo, os conhecimentos que nós fomos tendo, nós fomos aderindo as essas novas modalidades de exames múltipla escolha. E é com base nisso que agora, como o trabalho de instituição do sistema²⁰, nós temos técnicos que estão a trabalhar com o CAEd na preparação de materiais para a escola, elaboração de itens, por aí em diante (GRUPO FOCAL, 2012)”.

20. Referem-se à institucionalização do sistema de avaliação.

Por ser um dos instrumentos de avaliação e monitoramento mais importantes de Moçambique, faz-se necessário compreender as características do exame nacional.

3.1. Os exames nacionais

Com o intuito de compreendermos a estrutura dos exames nacionais moçambicanos, é fundamental que retomemos a fala de Jafete Mabote: “*nós sempre tivemos os exames, os exames nacionais. Tanto que são realizados no final de cada ano letivo (...). Às classes terminais é que aplicamos os exames. Nestas classes terminais, sim, aplicamos a todos os alunos (GRUPO FOCAL, 2012).*”

Sendo assim, a partir da fala do informante, entende-se que os exames nacionais avaliam todas as disciplinas do currículo escolar moçambicano nos anos terminais. Seus resultados servem de complemento para a nota do aluno nas disciplinas avaliadas. Esses exames avaliam as habilidades e as competên-

cias referentes às classes escolares, com base no currículo moçambicano. Flávio Magaia destaca que há também os programas nacionais, nos quais os conteúdos programáticos de cada disciplina apresentam-se detalhados. Os exames são construídos a partir dessas diretrizes. O mestrando ainda complementa que

as avaliações são feitas com base no que vem no currículo. Os currículos contêm os programas nacionais. Temos nos programas dos conteúdos, a matriz, a matriz de referência. A partir do plano, nós estabelecemos o que vamos avaliar, desde os descritores, mesmo que tenhamos os textos, eles são elaborados com base no currículo comum que os países têm. Cada país tem um currículo e é feito um plano com que eles têm em comum, e os testes são elaborados com base nisso (GRUPO FOCAL, 2012).

Cecília Noronha elucida-nos que, para a elaboração dos exames, existe uma mobilização dos gestores e professores para que entendam o que será avaliado.

Além disso, nós também produzimos uma matriz dos objetivos e conteúdos que enviamos para as escolas onde lá aparecem os conteúdos e os objetivos - são conhecimentos completos, porque é um instrumento que nós produzimos, é nosso, que tem como objetivo orientar os professores e os próprios alunos. O programa é vasto e, muitas vezes, é complicado. É mais fácil confeccionarmos este instrumento, então, mandamos esse material para as escolas, com uma certa antecedência e o pessoal já sabe que, anualmente, nós mudamos os conteúdos a serem avaliados, mas esclarecidos os objetivos, envia-se para as escolas, publica-se, todo mundo sabe - não é nada escondido - para as pessoas se prepararem para realmente saber o que se espera dos exames que nós vamos submetê-los ao final do ano (GRUPO FOCAL, 2012).

Quanto aos itens utilizados nos exames nacionais, Cecília Noronha informa-nos que

nós colhemos as propostas do país todo, os níveis são diferentes e nós temos que fazer uma prova que tenha um nível razoável, aceitável. Não tendo uma dificuldade nem alta e nem baixa, (...) colhemos toda a informação do país, nós colhemos todos esses desenhos de provas do país, essas propostas, eles mandam para o Conselho Nacional, o Conselho Nacional por sua vez, faz uma triagem, e até, a partir dessas provas, é possível aferir muita coisa. Há provas que chegam sem qualidade. Nós conseguimos fazer alguma análise, fazemos uma triagem das provas e agora estamos a trabalhar os painéis, os painéis de análise. Pegamos essas propostas, nós ficamos bem distantes de uma província, e ficamos lá uma semana e avaliamos as provas por simples perguntas, um monte de perguntas. E temos anotado em nosso banco de itens (GRUPO FOCAL, 2012).

Os exames, antes de 2008, eram feitos no formato de questões dissertativas, corrigidas pelos professores regentes das disciplinas na escola. Tal desenho provocou uma série de questionamentos quanto à sua legitimidade. Cecília Noronha relata-nos essa dificuldade:

os problemas que apareceram foram as matrículas, os exames, e muitos problemas quanto à corrupção, etc. Havia falta de controle com o que acontecia - é que o nosso exame nacional, nós aplicamos o exame, mas a correção era feita pelo próprio professor, porque nós que fazemos o exame, nós também avaliamos o aluno, mas também queremos avaliar todo o sistema, e essa modalidade anterior não nos permitia fazer as análises etc. O próprio professor que era o tal que avaliava o aluno durante o processo de ensino e aprendizagem e quando chegava no fim no momento do exame, ele que também participava e participa até hoje, até a 10ª classe, dessa modalidade numa correção do exame (GRUPO FOCAL, 2012).

Foi após a identificação desses problemas e da experiência com as avaliações internacionais que os representantes do INDE resolveram instituir o modelo de múltipla escolha nos exames nacionais. Entretanto, enfrentaram resistências na implantação da nova estrutura, bem como dificuldades na utilização da nova tecnologia. Cecília Noronha afirma que

decidiu-se que nós deveríamos fazer exames de escolha múltipla. Só que são exames que temos que mudar a mentalidade, para poder fazer perguntas mais objetivas. Agora o que aconteceu é que houve problemas sérios durante o processo. As pessoas foram capacitadas, mas nós também sentimos alguma resistência em parte mesmo dos próprios professores; quando nós mudamos de sistemas eles percebiam que deixariam de fazer parte do processo e que passariam a ser avaliados, então começa a ter certa resistência, além de outros problemas em termos do domínio da máquina - tínhamos que comprar máquinas de correção eletrônica e até hoje estamos aumentando. Estamos em oito províncias com máquinas de correção eletrônica (GRUPO FOCAL, 2012).

Os informantes relatam que estão investindo em novos equipamentos para que possam, até 2014, padronizar os exames em todas as províncias (estados) e em todas as classes de ensino. Jafete Mabote afirma que

no próximo ano, já está preparado para começar a formar os professores da 10ª classe, o 1º ciclo do ensino secundário, que é o 8º, 9º e 10º para começar a fazer prova de escolha múltipla também, porque a previsão é de que até o ano de 2014, já possamos incluir também a 10ª classe. Então, estamos a caminhar para o nível da 10ª classe (GRUPO FOCAL, 2012).

Ele continua: “a nossa perspectiva é de que em 2014 é de que todas as províncias terão a capacidade de fazer a leitura e só vai para a capital do país só o ficheiro eletrônico”(GRUPO FOCAL, 2012).

O mesmo mestrando ainda nos conta que, na mudança de formato dos exames, devido à falta de capacitação dos gestores, professores e alunos, assim como com a resistência de alguns professores diante do novo modelo, os alunos enfrentaram dificuldades na realização das provas. Jafete afirma que

os alunos não tinham a experiência de preenchimento da folha. Eles sabiam responder aquelas dissertações, mas agora preencher aquela folha com quadradinhos e preencher exatamente. O problema foi o código do aluno. Os alunos não preencheram muito bem. E é difícil sem o código para saber de quem é esta prova. Esse foi o grande problema. Tínhamos muitas provas que não sabíamos de quem eram. Foi difícil tirar resultados, não sabia de quem eram as provas. Então era preciso, em vez de fazer a leitura eletrônica, era preciso fazer leitura manual para saber de quem era cada prova. Isso que levou muito tempo. Levamos uns dois meses para fazer a correção das provas (GRUPO FOCAL, 2012).

Além de problemas de infraestrutura, capacitação e resistência, os moçambicanos tiveram que lidar com questões climáticas na aplicação e correção dos exames. Cecília Noronha relata que

também houve um problema da situação real. A temperatura em Maputo é uma, onde se produz as provas é outra; então, as provas de Maputo chegaram super-úmidas e não passavam na máquina. Então, tivemos que comprar um ferro de engomar e passar as provas. Foram coisinhas muito pequenininhas, que pareciam insignificantes, mas

acabaram comprometendo todo o processo e tomando muito tempo (GRUPO FOCAL, 2012).

Dessa forma, Noronha constata que ainda é necessário melhorar alguns aspectos da avaliação educacional em seu país, entretanto, segundo ela, já é possível observar mudanças.

Já começam a entender o que é a avaliação, parecia que nós, ao fazer o exame, queríamos estragar tudo, estragar o sistema, mas hoje a visão começa a ser outra, começam a entender a importância da avaliação para melhoria de todo o processo, (...) a maneira de pensar está mudada e isso é muito bom quando as pessoas que estão lá em cima começam a ter outra visão, outra maneira de pensar, eu acho que isso é muito bom para a melhoria de todo o processo, porque havia muita resistência, eu lembro que certos casos, nossos resultados quando saíam, é bem complicado, o país para, ficam a esperar e, a partir daí, começam a apontar, é o conselho nacional, “a prova não estava bem feita e não sei o quê”. Nós fomos por muito tempo vítimas de tudo, mas hoje as pessoas começam a ver, há trabalho que precisa ser feito, algumas coisas não estão bem mesmo-, quer dizer, em todos os níveis, há coisas que não estão bem, então, é preciso fazer alguma coisa para melhorar, eu acho que isso é muito bom, essa visão que as pessoas têm, eu acho que vamos conseguir (GRUPO FOCAL, 2012).

A partir das experiências obtidas com o exame nacional e com as parcerias com diversas instituições educacionais de outros países, um modelo de prova diferenciado passou a ser aplicado nos anos iniciais da educação moçambicana. A provinha Moçambique, denominada como “Provinha já sei ler!”, tem o intuito de avaliar o ensino primário e diagnosticar o desempenho escolar dos estudantes, como veremos adiante.

3.2. A “Provinha já sei ler!”

A partir da parceria firmada com CAEd, em 2010, inicia-se em Moçambique a avaliação de desempenho em leitura, nas classes iniciais, mais especificamente aos alunos que terminaram o 1º ciclo do ensino primário e que frequentam a 3ª classe. De acordo com o documento oficial do INDE (MOÇAMBIQUE, 2012), a “Provinha já sei ler!” foi criada com o propósito de ser uma avaliação diagnóstica e formativa para aperfeiçoar as dificuldades dos alunos moçambicanos, no que se refere à leitura em Língua Portuguesa.

A prova, segundo o mesmo documento, é aplicada aos alunos duas vezes ao ano - uma no início e outra no final do ano letivo -, a fim de que os professores possam verificar pontualmente os problemas e corrigi-los durante o ano escolar. A referida prova é constituída por 20 questões de múltipla escolha.

No que se refere a esse mecanismo de avaliação, Isabel Macatane afirmou que

com base nesta avaliação, os professores já são capazes de ver quais são as dificuldades dos alunos e poder trabalhar essas dificuldades. Nós até aconselhamos que, por exemplo, um aluno está na segunda classe, ou está na terceira classe, mas não sabe ainda ler as vogais, por exemplo, não sabe identificar as letras, ao invés do professor ensinar a essa criança, por exemplo, a fazer uma redação, é preferível atacar esta parte da identificação das letras que ele ainda não sabe do que trabalhar com o aluno, no sentido do que ele deve aprender naquela classe, porque ele não tem base, então o professor tem que trabalhar aquelas bases, para poder levar esta criança a progredir (GRUPO FOCAL, 2012).

Com o intuito de complementar a fala da colega a esse respeito, Flávio Magaia assume que

segundo o nosso currículo, o nosso programa, os nossos alunos quando estiverem na terceira classe já deviam saber ler pequenos textos. Então, a provinha consegue mostrar exatamente onde está o problema, por que este aluno da terceira classe não sabe ler e resolver estes problemas. Como a Isabel acabou de dizer tão bem, é envolver os professores do primeiro ciclo, pois a ideia é que aquilo que os professores do segundo ciclo estão a encontrar como problemas na provinha, os professores do primeiro ciclo acompanhem para eles resolverem agora, para eles resolverem agora, de tal maneira que tente resolver o problema da leitura inicial. É essencialmente isso, porque, como disse tanto o (José Vicente) Bisqué como o Salazar (Picardo), sempre se dizia, “os alunos não sabem ler”, mas onde é que está? Por que esses alunos não sabem ler? E a provinha está a nos mostrar que há alunos que estão na terceira classe, já no segundo ciclo, que não sabem distinguir, por exemplo, o abecedário, letras. Está a nos mostrar, exatamente, qual é a gravidade do problema. Então, queremos resolver o problema da leitura (GRUPO FOCAL, 2012).

Dinis ressalta também um ponto muito caro à avaliação. O mestrando acredita que é possível responsabilizar os envolvidos no processo.

E talvez, né? A questão da responsabilização, não no sentido de punir o professor, mas aquilo que a Isabel disse, chamar para o que é preciso trabalhar aqui. Neste aspecto, tanto se só terminou o ciclo ao nível do que eles devem ler (...) e temos crianças que não se justifica que entre no segundo ciclo sem ler uma letra. Então, aqui é preciso trabalhar também com o primeiro ciclo, quer dizer, aqui é uma questão também de responsabilização e por isso que os colegas também disseram que, ao apresentar os resultados a alguns diretores, eles ficam meio nervosinhos, porque é uma responsabilidade. Ter uma escola, pensar que está tudo bem, e a provinha exatamente vem mostrar que nem tudo está bem, ela consegue identificar esses aspectos (GRUPO FOCAL, 2012).

Diante do exposto pelos alunos do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública foi possível mapear a situação e os desafios ainda existentes no sistema educacional moçambicano.

Considerações finais

A busca pela melhoria da qualidade da educação em Moçambique é um dado concreto. Mais do que cumprir metas para um acordo internacional, há um grau de comprometimento e empenho que demonstram a consciência de que só a educação é capaz de modificar a história de um país tão jovem em sua independência.

Embora ainda não tenham um sistema institucionalizado de avaliação, tal como temos no Brasil – a avaliação voltada para o aprendizado e a proficiência em habilidades e competências – existe um sentimento de contribuir nos moçambicanos para o desenvolvimento educacional por meio dos exames nacionais, aplicados nas séries terminais. As parcerias firmadas por Moçambique são exemplos do esforço do país em aprender com nações mais experientes quanto à apropriação dos resultados de suas avaliações.

Portanto, a forma como cada nação assimila localmente as diretrizes internacionais é sempre fortalecedora no que tange à reafirmação da necessidade das trocas e dos aprendizados que as experiências alheias nos proporcionam.

REFERÊNCIAS

MOÇAMBIQUE, INDE. *Provinha: Já Sei Ler!* Disponível em: <www.inde.gov.mz/index.php?option=com_docman&task.pdf>. Acesso em: 21 set. 2012.

MOÇAMBIQUE, MEC. *Plano Estratégico da Educação – 2012-2016*. Disponível em: <<http://www.cebem.org/cmsfiles/publicaciones/PEE2012.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2012.

Vozes da África. Disponível em: <http://www.catholicnet.net/vozesdaafrica/pagina.php?session_ident=178>. Acesso em: 20 set. 2012.